



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Araujo Bertini, Fatima Maria
SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: UMA ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE
Psicologia & Sociedade, vol. 26, núm. 2, 2014, pp. 60-69
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309332930007>

SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: UMA ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE

SUFRIMIENTO ÉTICO-POLÍTICO: UN ANÁLISIS DEL ESTADO DEL ARTE

ETHICAL-POLITICAL SUFFERING: AN ANALYSIS OF THE STATE OF THE ART

Fatima Maria Araujo Bertini

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa o uso do conceito do sofrimento ético-político, criado por Sawaia, a partir das reflexões fomentadas em seu núcleo de pesquisa. Neste estudo, optou-se pela análise do uso do conceito em artigos publicados entre 2000 a 2011, usando a base de dados SciELO e Capes, e posteriormente o Google Acadêmico, os quais foram incluídos ou excluídos da análise, de acordo com os critérios do período pesquisado e do uso do conceito pelo autor em sua análise. A publicação inicial do conceito data do ano de 1999 e justifica-se o período pesquisado pela abrangência, que alcançou tanto na Psicologia Social como em outras áreas do conhecimento. O resultado da pesquisa evidencia que o sofrimento ético-político já constitui um conceito-chave nas Ciências Humanas, para a compreensão da dimensão psicosocial do processo de exclusão/inclusão em contextos sócio-históricos de desigualdade social.

Palavras-chave: sofrimento ético-político; afetividade; dialética inclusão/exclusão social.

RESUMEN

Este artículo examina el uso del concepto de sufrimiento ético-político, creado por Sawaia, de las reflexiones impulsadas en su central de investigación. En este estudio, se optó por analizar el uso del concepto en los artículos publicados desde 2000 hasta 2011, el uso de la SciELO Capes y los datos, y luego Google Scholar, los cuales no son incluidos o excluidos del análisis, de acuerdo con los criterios del período de investigación y el uso del concepto por el autor en su análisis. El concepto inicial de la fecha de publicación de 1999 y justificó el período relevado por la amplitud, que alcanzó tanto en la psicología social y en otros campos del conocimiento. El resultado de la investigación muestra que el sufrimiento ético-político ya es un concepto clave en las Humanidades, para la comprensión de la dimensión psicosocial de la exclusión / inclusión en contextos socio-históricos del proceso de la desigualdad social.

Palabras clave: sufrimiento ético-político; la afectividad; dialéctica de inclusión / exclusión social.

ABSTRACT

This article analyzes the use of the concept of ethical-political suffering, created by Prof. Dr. Bader Sawaia, from the reflections fostered in its core research. In this study, we chose to analyze the use of the concept in articles published from 2000 to 2011, using the SciELO database and Capes, and later Google Scholar, which were included or excluded from the analysis according to the criteria of the period researched and the use of the concept by the author in his analysis. The concept of the initial publication date of 1999 and is justified by the scope of the survey period who achieved so much in social psychology and in other fields of knowledge. The research result shows that the ethical-political suffering is already a key concept in the Humanities for understanding the psychosocial dimension of the process of exclusion / inclusion in socio-historical contexts of social inequality.

Keywords: Suffering ethical-political; affectionateness; dialectic exclusion/ inclusion social.

Introdução

O objetivo deste artigo é promover um aprofundamento do conceito de sofrimento ético-político, à luz dos debates atuais e dos resultados de pesquisas realizadas NEXIN, coordenado por Bader Sawaia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC/SP. Procuramos compreender como o conceito de sofrimento ético-político é usado pelos autores nas discussões teóricas enquadradas em suas áreas particulares de conhecimento. Em outra perspectiva, também investigamos as possíveis ampliações teóricas realizadas, bem como as várias aplicabilidades em contextos de intervenção nas áreas da Psicologia Social e áreas afins.

Foram analisados 44 artigos científicos de diversas áreas como Psicologia, Sociologia, Serviço Social, Fonoaudiologia, Educação e Saúde Mental. No estudo, optou-se pela análise do uso do conceito em artigos publicados entre 2000 a 2011. Portanto, não foram investigadas teses ou dissertações. Primeiramente, a base de dados pesquisada foi o scielo e a capes. Depois, procedeu-se à investigação em fontes determinadas na busca do google acadêmico, onde foram encontrados artigos fora dessas base de dados, que foram incluídos ou excluídos da presente análise, de acordo com os critérios do período pesquisado e do uso do conceito pelo autor em sua análise e não apenas citação do termo. Para isso, os artigos encontrados foram lidos e selecionados.

A construção do conceito de sofrimento ético-político

A publicação do livro *As Artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social*, de Bader Sawaia, aconteceu em 1999. Pela primeira vez nessa obra, foi veiculada no meio acadêmico a definição do termo sofrimento ético-político. Anteriormente, no livro *Novas Veredas da Psicologia Social* (Lane & Sawaia, 1994), Sawaia refletia sobre o termo “sofrimento ou mal-estar psicossocial” (p. 50). Buscava propor às Ciências Humanas e à Psicologia Social uma reflexão evitando que o pesquisador perdesse o ser humano em categorias generalistas. Propunha “o pensar desfetichizado”, ou seja, maneiras de compreensão das categorias da Psicologia Social que não cristalizassem as mesmas em uma lógica de “ideias impedidoras do vislumbre da vida e da historicidade do homem” (p. 51).

Em sua tese de doutorado, Sawaia (1987) já havia constatado que a consciência não se exprime apenas

pela atividade intelectual cognitiva, mas é constituída também pela dimensão emocional afetiva. O processo de conscientização é racional/cognitivo, mas também afetivo/emocional (p. 164). Uma de suas conclusões na tese foi que: “O sentimento não é a forma embrionária da consciência, é seu elemento constitutivo” (p. 298). Tal afirmação advém do conceito “Conhecimento, sentimento e consciência constituem, portanto, uma unidade dialética inherentemente ativa. Quando essa unidade é quebrada, cristaliza-se a consciência, rompe-se o nexo psíquico-físico na atividade, bloqueando-se o movimento da consciência” (p. 296).

Por isso, a eleição dada pela autora do “sofrimento psicossocial” como objeto de estudo na obra *Novas Veredas da Psicologia Social* (Lane & Sawaia, 1994). Nesse momento de aproximação do termo sofrimento ético-político, dado cinco anos depois, em 1999, Sawaia toma por base os autores: Seligman (1977), Sartre (1965), Marx (1844/1981), La Boétie (1982).

Pretendia buscar uma categoria de estudo, na qual pudesse compreender as rupturas entre “o agir, pensar e sentir ... que ocasionam a supressão da emoção e anulação do pensar na atividade” (Lane & Sawaia, 1994, p. 50), corroborando com suas conclusões de sua tese de doutorado. Essa autora denomina a miséria, a heteronomia, o medo e a passividade como consequências dessas rupturas. Portanto, o conceito de sofrimento ético-político foi criado na interface entre subjetividade e sociedade.

A concepção marxista de compreensão da sociedade é constitutiva do mesmo, concepção que a autora sintetiza na categoria dialética exclusão/inclusão para reforçar a ideia de que o sofrimento ético-político situa-se em uma sociedade conflituosa, especificamente na vivência dos sujeitos no processo de luta de classes. A maneira de o sistema capitalista incluir faz parte dos mesmos mecanismos de reproduzir e sustentar a servidão, a passividade, a miséria e, principalmente, a alienação do trabalhador. A essa máscara da inclusão, Sawaia denomina inclusão perversa, que provém da produção de ideias imaginativas, feitas pelo próprio sistema nos indivíduos. Eles passam a perceber que as apropriações materiais ou simbólicas os levam a “fazer parte” do todo, finalmente correspondendo adequadamente ao que a sociedade cria a cada instante. Esse sistema inclui para excluir, ou seja, para manter os homens na dependência de um estado de coisas que não diz respeito à sua própria liberdade e potência, e são levados a nunca alcançarem a satisfação mercadológica, pois o mercado protela a noção de perfeição - amanhã sempre terá outro produto mais moderno sendo criado para ser consumido!

Uma inclusão que perverte, de fato, a imagem do sujeito no coletivo e a compreensão da imagem do coletivo na vivência dos indivíduos. A autora denomina esse processo de dialética inclusão/exclusão social, e toma por contribuições autores como Foucault, Castel, Maria Alice Foracchi, José de Sousa Martins e Virgínia Fontes.

Os referenciais teóricos

O conceito do sofrimento ético-político surgiu para colaborar com a introdução da contradição e dominação sociais nas reflexões e intervenções psicosociais. De acordo com Sawaia, nas discussões realizadas no NEXIN, o sofrimento demarcado não é um sofrimento de ordem individual, proveniente de desajustamentos e desadaptações, mas um tipo de sofrimento determinado exclusivamente pela situação social da pessoa, impedindo-a de lutar contra os cerceamentos sociais.

Dessa maneira, o sofrimento ético-político constitui uma categoria de análise da dialética inclusão/exclusão social. Em síntese, é a “a vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica ... Sofrimento que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (Sawaia, 1999, p. 56). Mediante a constatação do sentimento como constitutivo da consciência, o estudo das emoções tornou-se para a autora um eixo epistemológico fundamental. A análise da afetividade, na dimensão ético-política, é realizada a partir de Espinosa e Vygotsky pela positividade epistêmica com a qual analisam os sentimentos e as emoções. Esses autores vão ao encontro da liberdade humana e entendem a vida ética a partir da vivência dos afetos, compreendendo-os como unidades de análise capazes de orientar a ação do homem no mundo, contendo em si a possibilidade da servidão ou da liberdade no processo complexo da vivência da desigualdade e da exclusão no sistema capitalista.

O sofrimento ético-político e a compreensão dos afetos na perspectiva de Baruch de Espinosa

Segundo o pensamento de Espinosa, no ser humano, a mente e o corpo constituem-se em unicidade. O corpo, para Espinosa, é “um modo definido da extensão, existente em ato” (1677/2010, Ética II, Prop. 13), ou seja, um corpo em contínuo movimento pelas afecções.

O corpo e a mente agem no sentido de se manterem na existência. Na parte III da Ética, Espinosa

chama de conatus tal esforço para a perseverança do ser (Proposição 6, parte III: “Cada coisa esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar em seu ser”). Ocorre também a variação de intensidade da potência para a preservação, como destaca Chauí (1995). Sawaia (2009, p. 366) também explica a partir desse filósofo: “A potência de conservação é também poder de ser afetado, o que significa que ela ... varia de intensidade, a depender das intersubjetividades que me constituem, isto é, das afecções (*affections*) que meu corpo e minha mente sofrem”.

Na concepção espinosana, a variação da potência de agir constitui o afeto (*affectus*). Quando nossa potência de agir aumenta, temos a alegria. Quando nossa potência de agir diminui, temos a tristeza. Segundo Sawaia, fundamentada em Espinosa: “a alegria é um estado de maior perfeição, porque está associado às afecções ativas (autonomia), e ... a tristeza está associada a um estado menor de perfeição, porque favorece a inatividade e a servidão” (2006, pp. 80-81).

A alegria leva o sujeito a agir e não se deixa levar por causas externas na compreensão do que ocorre com ele em suas afecções. Por outro lado, quando o sujeito tem explicações de suas afetações em causas externas, o sujeito não age, mas se torna passivo. Espinosa define isso como causa inadequada e diz que padecemos: “quando, em nós, sucede algo, ou quando de nossa natureza se segue algo de que não somos causa senão parcial” (1677/2010, Ética, Parte III, Def. 3).

Essa passividade leva o sujeito a supor imaginariamente que sua força para existir aumenta, ao depositar em forças externas a causa para isso. O homem submetido às paixões tristes, ao medo e à superstição deposita em algo externo (seja no poder de uma autoridade religiosa ou política, ou em quaisquer autoridades semelhantes, seja nos fenômenos da natureza, nas superstições ou no consumo) o poder do conhecimento e da ação e, assim, se pensa livre, quando é servo e submisso. Nesse sentido, Sawaia (2006, p. 81) aponta: “O homem submete-se à servidão porque é triste, amedrontado e supersticioso, fatores que anulam sua potência de vida, deixando-o vulnerável à tirania do outro, em quem ele deposita a esperança e a felicidade.”

Nas reflexões de Sawaia (2009) (baseando-se em Espinosa), os sentimentos e as emoções (afetos - *affectus*) são maneiras de o corpo reter as modificações das afecções (*affections*). Na análise da autora, aí “reside a principal contribuição de Espinosa à Psicologia, a relação positiva entre o poder que tem um corpo de ser afetado, na forma de emoções e sentimentos, e o seu poder de agir, de pensar e desejar” (Sawaia, 2009, p. 367).

No movimento dessas afecções, na sociabilidade, Sawaia fala de respostas afetivas aos processos de assujeitamento à desigualdade social. Quanto ao sofrimento ético-político trata-se:

de sofrimento/paixão, gerado nos maus encontros caracterizados por servidão, heteronomia e injustiça, sofrimento que se cristaliza na forma de potência de padecimento, isto é, de reação e não de ação, na medida em que as condições sociais se mantêm, transformando-se em um estado permanente da existência. (Sawaia, 2009, p. 370)

Esse modo de entender o sofrimento ético-político também é analisado pela autora, em 2011, ao acentuar: “são as afecções que marcam a atividade de um corpo, que diminuem a potência de ação e nos mantêm na servidão em todas as esfera da vida” (Sawaia, 2011, p. 42).

Partindo da compreensão espinosana, Sawaia destaca a relação entre sofrimento ético-político e autonomia, destacando a dimensão ética dos afetos. Assim, ressalta que se trata de um sofrimento vinculado às relações com a sociedade, nas quais, mediante as afecções, o corpo vivencia um abaixamento de potência proveniente da passividade, da servidão ou heteronomia frente a situações de exclusão engendrada pela desigualdade social.

Uso do conceito de sofrimento ético-político em artigos de 2000 a 2011

Na pesquisa realizada neste artigo, o conceito de sofrimento ético-político foi logo encontrado em publicação científica em 2000, ano seguinte ao lançamento do livro de Bader Sawaia. No ano de 2001, no entanto, não encontramos nenhuma publicação relacionada ao termo. Contudo, de 2002 a 2011, em cada ano, o número de publicações com análises utilizando o conceito foi permanente, não somente na Psicologia, mas em diversas áreas de conhecimento.

Encontramos 28 vezes o uso do conceito de sofrimento ético-político na área de conhecimento da Psicologia, representando 63,6% do total dos 44 artigos pesquisados; cinco vezes na área da Educação (11,6%); duas vezes o conceito na área do Serviço Social (4,5%); três vezes na área da Terapia Ocupacional (6,8%); também três vezes na área das Ciências Sociais (6,8%); aparecendo duas vezes na área da Saúde (4,5%) e uma vez em área das Ciências Humanas (2,2%) - no que diz respeito a outras disciplinas que não a Psicologia.

Mais detalhadamente, no que se refere à área de conhecimento da Psicologia, foram encontradas

diferenciações: sete revistas na área da Psicologia Social, dezessete na área de Psicologia em geral, uma na área da Psicologia da Educação, uma também na área da Psicologia/Saúde mental e duas publicações em revistas na área da Psicanálise.

Em face dessa diversificação, observa-se que, apesar do conceito de sofrimento ético-político ter surgido na abrangência da Psicologia Social, ele possuiu, nesse percurso de publicações, um alcance na Psicologia que lhe confere consistência científica, ao ponto de subsidiar análises diferenciadas em temáticas não restritas à Psicologia Social.

O primeiro artigo a utilizar esse conceito foi encontrado (como anteriormente citado) no ano de 2000 na revista *Psicologia e Sociedade*. Barboza (2000) identifica um contexto de exclusão social ao relacionar as ações de uma cooperativa com o grupo de catadores de material reciclável.

A partir de entrevistas semiestruturadas, a autora procurou “significações, sentimentos, ações e desejos em relação ao cooperativismo e à experiência concreta que os catadores viviam” (Barboza, 2000, p. 56) na cooperativa estudada. Aqui a concepção que fundamenta o conceito de sofrimento ético-político, mediante uma vinculação teórica da afetividade à política e à ética, levou a autora a tentar “demarcar o sofrimento ético-político” (p. 55) para efetuar uma proposta de intervenção na comunidade.

Nesse sentido, quando, na pesquisa, os catadores de material reciclado são entrevistados, “a falta de esperança e de credibilidade, condição comum a todos os associados” (Barboza, 2000, p. 57) é percebida no estudo como sofrimento ético-político. Associam-se no artigo os sentimentos e emoções advindos de uma situação de exclusão à condição de heteronomia, passividade, subserviência, falta de mobilização, ações individualistas devido à perda da noção do que seja uma ação conjunta. A detecção desses sentimentos e emoções serviu de base para a proposta de uma intervenção em grupo onde “os catadores puderam falar sobre o sofrimento com que se deparavam, a massificação, a discriminação, os motivos do seu afastamento da cooperativa” (p. 57).

Interessante notar que a metodologia utilizada pela autora, de uma intervenção grupal, levou os sujeitos a vivenciarem seus sentimentos e emoções coletivamente, fomentando a percepção em comum da situação de desmobilização e desestímulo ao trabalho na cooperativa. Barboza (2000, p. 58) assinala que o grupo serviu para “o despertar da potência de ação desses atores sociais na busca de soluções para os problemas enfrentados em seu cotidiano”.

Utilizando-se do conceito de Sawaia de potência de ação - no mesmo texto em que é explicado sobre o sofrimento ético-político em 1999 -, a autora propõe uma forma de superação do sofrimento ético-político, através da realização de encontros grupais dos catadores da cooperativa: “O encontro, o diálogo e a perspectiva de transformação da realidade possibilitam aos catadores o sentimento de esperança e a ação em prol da melhoria de sua qualidade de vida” (Barboza, 2000, p. 62).

A vivência grupal dos catadores, acerca de seus sentimentos e emoções, fomentou a criação de vínculos entre eles, a identificação coletiva dos sentimentos advindos de um processo de exclusão e a partilha desses sentimentos. A partir desses encontros, a pesquisa direcionou-se para uma intervenção que possibilitasse caminhos de emancipação e autonomia dos sujeitos participantes da pesquisa. Sendo assim, a apropriação do conceito de sofrimento ético-político, um ano após sua publicação, já subsidiou o psicólogo social na identificação de processos subjetivos inerentes às situações de exclusão.

Em 2002, Molon utiliza o conceito em um artigo na área da Educação. Constitui um estudo teórico em que a autora busca categorias de análise para pensar um projeto educativo emancipatório, no qual “Psicologia e a Educação ... dialoguem ... anunciando novos sujeitos sociais e políticos e processos de subjetivação diferenciados” (p. 221). Nesse artigo de Molon, o uso do conceito de sofrimento ético-político não é propriamente discutido e nem constitui uma categoria central de sua análise. Contudo, partindo da concepção de Santos (1996, citado por Molon, 2002, p. 220), a autora elege o termo como uma categoria desestabilizadora, a fim de compreender o sujeito no processo educativo em sua dimensão cultural, social e afetiva, “trazendo para a discussão a subjetividade e a afetividade, enquanto dimensões constitutivas do sujeito” (p. 223).

Em 2003, em artigo publicado na revista Serviço Social em Revista, Carloto relaciona o conceito de sofrimento ético-político ao processo de adoecimento da classe trabalhadora feminina e a divisão sexual do trabalho. A autora utilizou o termo sofrimento ético-político para nomear o sentimento de impotência e humilhação diante da impossibilidade de trabalhar, a angústia e ansiedade ante a incapacidade adquirida através do adoecimento, os sentimentos provocados pela perda de autonomia e o sofrimento gerado por um futuro marcado pela exclusão.

Ao longo de sua análise, é perceptível a defesa de uma concepção que extrapole o enfoque aos fatores biológicos individuais, visto como um viés político e

ideológico que culpabiliza as trabalhadoras. Quando a autora comprehende o processo de adoecimento da classe trabalhadora, a partir da perspectiva do sofrimento ético-político, consegue propor uma alternativa ao modelo biologicista do processo saúde-doença e aos processos de adoecimento, considerando a dimensão subjetiva e afetiva constitutiva das mulheres trabalhadoras.

Nesse ano de 2003, outros três artigos utilizam o conceito, sendo um deles na área da Terapia Ocupacional e os outros dois na Psicologia. Rocha, Luiz e Zulian (2003), no artigo publicado na revista de Terapia Ocupacional, não se referem diretamente ao termo sofrimento ético-político, mas toda a análise circula em torno do conceito, na medida em que toma por viés o sofrimento advindo da dialética exclusão/inclusão. Semelhante a esses estudos, outros artigos pesquisados também se incluem nesse caso: Maheirie, Boeing e Pinto (2005), Rocha e Castiglioni (2005), Rocha (2007), Santos e Silva (2009), Cabral, Werner e Zanella (2010), Santos, Costa e Silva (2011).

A questão principal do estudo de Rocha, Luiz e Zulian (2003) é a discussão clássica sobre a inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino e a lógica perversa de outras realidades de inclusão em outras instituições.

Para essas autoras, o sofrimento advindo da dialética exclusão/inclusão gera uma série de manifestações emocionais, medo diante do desconhecido ou preconceitos (Rocha, Luiz, & Zulian, 2003, p. 74), imaginários sociais, estígmas (p. 75), que funcionam como paixões tristes (Chauí, 1995, p. 91, citada por Rocha, Luiz, & Zulian, 2003). Diante dessa constatação, o papel da Terapia Ocupacional deve “dar-se na direção de uma práxis inspirada na busca das paixões alegres” (p. 75). As autoras propõem, pois, que as ações da Terapia Ocupacional não sejam isoladas em clínicas ou através de tentativas de convencimento de atitudes corretas, mas deverão ser voltadas para uma ação coletiva, onde interajam os pais, as famílias e a comunidade, e nos quais possam ser desvelados sentimentos, emoções, e os sentidos acerca da deficiência e do processo de inclusão perversa.

Também em 2003, passemos aos dois artigos na área da Psicologia. Ramos e Novo (2003) associam o sofrimento ético-político com o lugar da alteridade objetivado mediante o processo de exclusão. Na discussão dos atos violentos dos criminosos, as autoras tentam problematizar o sentido individual, patológico, interno ao sujeito e culposo que a mídia considera a violência, eximindo-se da discussão dessa temática como gênese encontrada nos processos de exclusão e desigualdade vivenciada pelos criminosos ao longo de

suas vidas. O sofrimento associado a tais processos, tendo como base conceitual o sofrimento ético-político, subsidia as autoras a proporem uma visão mais contextualizada da violência.

O outro artigo na área da Psicologia, em 2003, é o de Carreteiro (2003), em que a autora cita o conceito de sofrimento ético-político para subsidiar o que denomina sofrimento social. Ela relaciona humilhação, vergonha e falta de reconhecimento como dimensões desse sofrimento, e sustenta que o mesmo é vivido por classes subalternas. Sua hipótese central é a de que o sofrimento social “não tem visibilidade; ele se inscreve no interior das subjetividades sem, no entanto, ser compartilhado coletivamente” (pp. 59-60). A partir da concepção de Sawaia, corrobora com a ideia de que o sofrimento ético-político é a dor advinda das injustiças sociais. Aponta, ainda, que os sujeitos sociais se confrontam com essa dor, já que todos estamos submetidos a injustiças, sendo a humilhação, a vergonha, a depreciação são vividas de forma mais intensa pelas classes subalternas.

A autora ainda propõe um desafio aos psicólogos sociais de irem ao encontro de ações que promovam a emancipação ao que chamou de “dimensões clínicas do sofrimento social” (Carreteiro, 2003, p. 69). Considera, apoiada em Sawaia (1999), que as atuações desses profissionais configurem-se conjuntamente como ação e emoção na esfera coletiva e individual.

Um estudo, parecido com a análise de Ramos e Novo (2003) acerca da violência e da criminalidade, aparece em Tavares e Menandro (2004). Semelhantemente àquelas autoras, eles problematizam os atos dos criminosos para além da perspectiva individual, colocando essa questão no âmbito da discussão do contexto da exclusão. Para esses autores, as prisões “operam como mecanismo de oficialização da exclusão que paira sobre as camadas populares (p. 86)”.

A hipótese central de seu estudo é a de que a vivência e o sofrimento, advindos da exclusão vivenciada pelo sujeito que se torna infrator, realizase em um contexto de condições excludentes que se tornam intactas na organização social. E, mesmo o sujeito na prisão ou fora dela, após o cumprimento da pena, essas condições excludentes continuam. Sendo assim, para Tavares e Menandro (2004), a prisão é oficializada como lugar de exclusão de uma estrutura social excludente. A prisão em si mesmo não potencializa o indivíduo para que amenize seu sofrimento advindo de processos de exclusão social.

Nessa perspectiva, os autores alargam a noção de exclusão, ao considerá-la atrelada à dialética exclusão/

inclusão proposta por Bader Sawaia. Nesse momento da análise, a exclusão é entendida como um processo multidimensional, no qual a dimensão subjetiva está presente intrinsecamente. Tavares e Menandro (2004), seguindo a compreensão de Sawaia, encontram semelhanças entre o sofrimento advindo do processo de exclusão dos moradores de rua e presos, observando que, entre esses dois atores sociais, o tempo de morrer é sentido na vivência da exclusão.

Mattos e Ferreira, também no ano de 2004, analisam o mecanismo da tipificação de moradores de rua utilizando a intercessão entre o conceito de identidade como metamorfose humana e o de representação social (p. 55). Nesse estudo, as tipificações feitas aos moradores de rua, como “loucos, vagabundos, sujos, perigosos e coitados” contribuem para imobilizar esses indivíduos em estigmatizações, fomentando a “re-posição ininterrupta de sua identidade” (p. 54). Mediante essa análise, esses autores utilizam-se do conceito de sofrimento ético-político para compreender a vivência subjetiva dessa imposição de tipificações feitas aos moradores de rua.

Ao fazer referência à racionalidade hegemônica, que se ocupa com relações competitivas de produção, Molon (2004) afirma que o desafio da produção acadêmica não vai ao encontro dessa lógica. Para isso, o pesquisador deverá ficar atento à postura de perceber o sofrimento humano engendrado na lógica excludente e culpabilizadora do capitalismo. Considera, nessa perspectiva, a categoria sofrimento ético-político como um referencial teórico e metodológico que ajuda o pesquisador a perceber esse sofrimento na lógica capitalista, que define perversamente os excluídos e os incluídos (p. 119).

A categoria de sofrimento ético-político aparece também em 2004 em artigo publicado na área da Sociologia. Na análise, Brito e Souza (2004) colocam em discussão a representação social feita por policiais sobre a profissionalização em suas áreas de trabalho. Ao identificarem essas representações sociais, os autores enfatizam que as mesmas podem ser deflagradoras para “o reconhecimento do sofrimento ético-político de cada indivíduo, grupo ou classe social” (p. 322).

Algumas vezes, a categoria de sofrimento ético-político aparece na análise sem maior aprofundamento pelos autores. No entanto, ela é citada no texto para nomear um aspecto do sofrimento analisado na conjuntura do artigo. Semelhante a Rocha, Luiz e Zulian (2003), esse foi o caso do artigo de Alvim e Souza (2005), Oliveira e Iriart (2008) e no estudo de Sá, Carreteiro e Fernandes (2008). Na primeira análise, Alvim e Souza (2005), ao colocarem em

estudo a violência conjugal, contextualizam os tipos de agressão, os sentimentos gerados, além de constatarem o sofrimento tanto para mulheres quanto para os homens. O sofrimento ético-político está sendo nomeado nesse estudo como o sofrimento encontrado além dessa relação dual. São os sentimentos relacionados como “medo do ridículo, vergonha ... dos outros” (p. 195). Essa referência aos “outros” é o contexto social no entorno da situação da violência conjugal.

Oliveira e Iriart (2008) denominam sofrimento ético-político o sofrimento provocado pelo trabalho, porém não expandem um raciocínio posterior a essa consideração, colocando como nomeação dos aspectos subjetivos decorrentes da situação de exclusão encontrada no contexto do trabalho da construção civil, tema pesquisado no artigo.

Em artigo publicado também no ano de 2005, Brito relata a experiência de implantação de um Programa de Política Pública, em São Paulo, voltado aos jovens e a sua inserção no mundo do trabalho. A perspectiva de compreensão teórica do Programa tem como referencial a análise da dialética exclusão/inclusão social, tendo o sofrimento ético-político como caracterização dos jovens para os quais irá se direcionar a intervenção, conforme analisa: “São jovens que trazem estigmas sociais como marcas de sofrimento ético-político, decorrentes de preconceitos de classe, raça/cor, sexo, opção sexual, credo religioso, local de moradia” (p. 6). Nesse artigo, pela primeira vez, a categoria de sofrimento ético-político é vislumbrada como um indicador para a implementação de políticas públicas.

Em Rocha e Castiglioni (2005), a perspectiva de compreensão acerca do processo de inclusão de deficientes teve como subsídio teórico a articulação com a categoria de sofrimento ético-político. Primeiramente, discutem os recursos tecnológicos para a reabilitação de pessoas com deficiência. Esses autores problematizam, em seguida, o conceito de inclusão a partir da visão de Sawaia da dialética/inclusão social, colocando em primeiro plano a percepção do sofrimento ético-político como categoria psicossocial de análise.

Mediante essa perspectiva, os autores tentam aplicar essa compreensão do sofrimento ao trabalho de inclusão dos deficientes. Suas análises acerca do processo de inclusão tomam um rumo mais amplo, de análise subjetiva das desigualdades sociais, alargando-lhes a noção do compromisso ético-político do trabalho com deficientes: “se faz necessária a presença de uma postura ética de rompimento com o descompromisso político frente ao sofrimento do outro” (Rocha & Castiglioni,

2005, p. 103). Passam a entender que “não são os recursos tecnológicos que garantem a inclusão ou a satisfação”.

Rocha e Castiglioni entendem, a partir disso, que a inclusão não se faz somente com o auxílio tecnológico e especializado, mas o foco deve estar nos indivíduos, em suas vivências dos afetos frente à deficiência em nível individual e coletivo (p. 103), ou seja, a reabilitação deve “estar contextualizada em processos de construção de histórias de vida particulares” (p. 103).

No ano de 2005, Costa e Brandão analisam a multiplicidade teórico-metodológica que desafia o psicólogo em suas práticas em contextos comunitários. Vinculam a intervenção comunitária, em certa medida, à existência de sofrimento individual e/ou comunitário. Nesse sentido, buscam a compreensão do sofrimento no conjunto dos elementos envolvidos.

É nessa linha de análise que encontram, na concepção de Sawaia, uma “releitura do sofrimento” (Costa & Brandão, 2005, p. 35) e passam a subsidiar teoricamente a proposta de intervenção comunitária a partir dessa releitura. O sofrimento, nesse sentido, resulta em uma compreensão que vai além do aspecto individual para ser entendido como “produto de processo histórico-político, social e econômico da exclusão” (p.35)

Assim como na análise de Alvim e Souza (2005), Pereira e Costa (2006) identificam a categoria de sofrimento ético-político como aquele sofrimento que vai além do individual, mas é o sofrimento que “os outros” (sociedade ou relacionamentos próximos) vêem e percebem e, ao mesmo tempo, é o resultado da trama social à qual o indivíduo é submetido. Na pesquisa de Pereira e Costa (2006), as mulheres portadores de HIV relataram revolta, raiva de si e raiva do mundo que propiciou situações de submissão. Esses autores perceberam essas “emoções como expressão da exclusão, sendo configuradas social e individualmente” (p. 264). Analisam que as manifestações dessas emoções são a “encarnação” (p. 264) do sofrimento ético-político que as portadoras de HIV possuem.

Em estudo interessante sobre a afetividade da mulher prostituta, Pinho (2006) passou a entender, por via do registro de histórias de vida das mulheres entrevistadas, que elas se prostituíam pelo principal motivo de intencionarem “arranjar casamento” e não simplesmente para alugarem seus corpos. Entretanto, a não consideração da afetividade das mulheres prostitutas fomentava um sofrimento expressado pela vergonha e humilhação e que “não são compartilhados socialmente” (p. 116), ou que a própria comunidade

determinava ao desprezo: “A prostituta apaixonada é tida, na zona, como uma figura ridícula, débil. Deve suportar em silêncio a ausência de quem pode não mais voltar” (p. 118).

Partindo da realidade da condição de exclusão e pobreza a que essas mulheres se encontram, a categoria de sofrimento ético-político é utilizada para evidenciar, no estudo, a dimensão subjetiva do sofrimento advindo dessa condição, que, ao não ser reconhecido como tal e silenciado pelas mulheres, é transformado em rótulo depreciativo, o que dá continuidade à injustiça social: “O esquecimento da dimensão afetiva e o silenciamento dos sofrimentos pessoais servem à manutenção da situação de injustiça social vivida pelas prostitutas da zona” (Pinho, 2006, p. 117).

Semelhante conclusão faz Hinkel e Matheirie (2007), ao usar o conceito de sofrimento ético-político como indicador de análise para o estudo de músicas do ritmo de RAP nacional. Esses autores buscaram identificar a dimensão afetiva contida nas letras dessas músicas, relacionando os sentimentos de vergonha, culpa, humilhação, tristeza, revolta e medo como elementos do sofrimento ético-político da periferia; ou seja, lugares onde as situações de pobreza e de exclusão são mais evidenciadas. Segundo os autores, os afetos associados a essa unidade de análise escolhida “inibem e limitam a ação e se apresentam como essenciais para a constituição de uma identidade social subalterna” (p. 152).

No estudo anterior, realizado por Pinho (2006), o sofrimento ético-político em mulheres prostitutas, ao ser silenciado por não ser reconhecido pela comunidade, contribui para a criação de depreciações dessas mulheres, engessando-as no lugar da submissão e subalternidade. Aqui, no estudo da análise das rimas do RAP, os autores também identificam certo imobilismo, resultante de sentimentos associados com a categoria de sofrimento ético-político e colocam os que estão em uma situação de exclusão no que chamam de identidade social subalterna.

Semelhante análise fazem Groff, Maheirie e Prim (2009), ao compreenderem como sofrimento ético-político “o sentimento de impotência e anulação vivido pelos sujeitos do assentamento” (p. 123), em pesquisa com assentamentos de reforma agrária do MST. Para os autores, esse sofrimento “torna o sujeito impotente para agir frente a seu contexto de dominação” (p. 123).

A proposta de Sawaia de superação do sofrimento ético-político, através da potência de ação, resulta em subsídio epistemológico que fundamenta intervenções psicossociais junto a pessoas no contexto de exclusão. Isso se dá no estudo de Barboza e Zanella

(2007), no qual concluem: “defende-se, assim, que as intervenções no campo psi sejam comprometidas não com meras ações paliativas, mas, sobretudo, com a construção da potência de ação dos sujeitos e, portanto, com a superação do seu sofrimento ético-político” (p. 152) Ou, de outro modo, além de subsídio a intervenções, constitui eixo teórico orientador em torno das discussões em torno da pobreza nas atuações em comunidade. Segundo Ximenes, De Paula e Barros (2009), a categoria de sofrimento ético-político é importante categoria de análise da dialética exclusão-inclusão social “no terreno polissêmico das discussões em torno da pobreza” (p. 692), e põe em “evidência as singularidades e as referências espaço-temporais das pessoas que vivenciam as expressões multiformes da desigualdade social” (p. 692).

Em estudo anterior citado, Costa e Brandão (2005), a partir da concepção de Sawaia, fazem uma releitura do sofrimento e o relacionam à intervenção comunitária. Paralelo a esse estudo, Sousa e Sousa (2009) também utilizam a categoria de sofrimento ético-político para realizarem uma leitura, não do próprio sofrimento, mas “uma releitura de determinada situação social a partir do que os sujeitos pensam e sentem” (p. 16).

Essa última reflexão é muito inovadora no que diz respeito ao alcance que pode ter o uso da categoria. Isso porque, como o sofrimento ético-político coloca em cena o retorno afetivo da vivência do contexto social vivenciado, fazer uma leitura da situação social a partir do afeto significa desvelar uma realidade concreta, muitas vezes encortinada por ideologias ou conformismos.

Sob outro aspecto de conhecimento dessa realidade, o estudo de Júnior e Fávero (2010) foi muito significativo, pois investigaram os possíveis sentimentos associados ao sofrimento ético-político em adolescentes encaminhados ao Conselho Tutelar. Nos artigos investigados, nenhuma pesquisa analisou tal relação entre sentimentos e sofrimento ético-político, o qual foi colocado nas análises anteriores como o estado afetivo advindo do contexto de exclusão ou de desigualdade, mas ainda não tinha sido discriminado o possível conjunto de elementos afetivos.

Na pesquisa, a investigação sobre os sentimentos associados ao sofrimento ético-político justificou-se pela observação de inúmeros encaminhamentos de adolescentes ao atendimento de Saúde Mental feitos pelos conselheiros. Dessa forma, a proposta desse estudo de Júnior e Fávero (2010) direcionou-se para o objetivo de favorecer aos profissionais do Conselho Tutelar uma maior compreensão dos adolescentes atendidos.

Consideraram como “sentimentos que compõem o sofrimento ético político” (Júnior & Fávero, 2010, p. 202): o medo, a vergonha, a tristeza, a rejeição, sentimentos esses revelados pelos adolescentes quando são encaminhados ao Conselho Tutelar. Os sentimentos revelados quando os adolescentes conversam com o conselheiro são: raiva, vergonha, sente que vai ser punido, sente-se perdido, incompreendido, chateado (p. 203).

Os autores assinalam no estudo que os sentimentos mais prevalecentes são os associados ao sofrimento ético-político (anteriormente citados), o que não proporciona aos sujeitos a potência de ação, resultando em voltas recorrentes para tais tipos de atendimentos. Afiram que esses sentimentos não permitem a autonomia e a emancipação humana (Júnior & Fávero, 2010, p. 204)

No ano de 2011, um estudo importante foi o de Tavares et al. (2011). O artigo avalia um projeto social que atende a crianças e adolescentes empobrecidos e moradores de rua. Os autores entendem que um projeto de intervenção com esse público alvo deve compreender as demandas específicas promotoras de sofrimento, a partir da problematização das “subjetividades produzidas no tecido social” (p. 100). Nesse sentido, a compreensão do sofrimento ético-político leva os profissionais a entenderem o sofrimento além do aspecto individual, resultando numa atuação voltada à não vitimização dos jovens moradores de rua ou ao não entendimento desses jovens como “gente inferior que necessita de salvamento” (p. 100).

Os autores concluem o artigo argumentando que o “o projeto social investigado pode ser, por ora, produtor de práticas de ‘sequestro’, de ‘apropriação’, causadoras de sofrimento ético-político” (Tavares et al., 2011, p. 101), por criarem uma situação que fomenta na instituição o tratamento dos jovens como “gente inferior” que necessita de modelos hegemônicos de padrões de conduta que os fazem “ser gente” (p. 101).

Considerações do uso do conceito

A partir de toda essa análise, podemos observar que o sofrimento ético-político é um conceito utilizado em outras áreas (e não somente na Psicologia), como o Serviço Social, a Terapia Ocupacional, a Educação e as Ciências Sociais, áreas que pretendem trabalhar com a ideia de que o sofrimento não é só psíquico.

Mediante as pesquisas feitas, esse conceito constituiu, ao logo desses treze anos de percurso, um conceito-chave para a implementação de novas maneiras de intervenções comunitárias que levassem

em conta a centralidade de processos afetivos. Os autores citavam expressões como “releitura do sofrimento”, resignificando o sentido do processo de exclusão para além de uma compreensão focada somente no aspecto individual. Isso fomentou intervenções mais comprometidas com a transformação da sociedade e ações mais voltadas às ações coletivas que colaborassem com o aumento da potência das pessoas.

Nota-se, por fim, nesses artigos, que os processos de intervenção psicossocial tiveram como eixo epistemológico bases fundamentadas nos afetos e nas emoções para a compreensão dos processos de sociabilidade. Além disso, a compreensão da dialética exclusão/inclusão social foi importante para redimensionar a forma de atuação frente a situações de pobreza. Permitiu a leitura da situação social pelo que os sujeitos sentiam e pensavam; o que descontinavam diversos elementos subjetivos provenientes das vivências particulares advindas do processo de desigualdade social.

Referências

- Alvim, S. F. & Souza, L. (2005). Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(2), 171-206
- Barboza, D. (2000). Cooperativismo, cidadania e a dialética da exclusão/inclusão: o sofrimento ético-político dos catadores de material reciclável. *Psicologia & Sociedade*, 12(1-2), 54-64.
- Barboza, D. & Zanella, A. V. (2007). O movimento de potência/impotência de ação de catadores de material reciclável: o diálogo com a assessoria. *Pro-Posições*, 18(2[53]), 147-166.
- Brito, A. J. R. (2005). Consórcio social da juventude de São Paulo: tecendo considerações sobre as escolhas e as perspectivas de inserção no mundo do trabalho das juventudes. *Imaginário*, 11(11), 161-187.
- Brito, A. S. & Souza, L. (2004). Representações sociais de policiais civis sobre profissionalização. *Sociologias*, 6(12), 304-327.
- Cabral, M.G., Werner, F., & Zanella, A. V. (2010). A sociedade da imagem e a imagem da sociedade: discursos visuais produzidos por jovens em contexto escolar. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)*, 4, 113-130.
- Carloto, C. M. (2003). Adoecimento no trabalho, as mulheres na categoria de asseio e limpeza. *Serviço Social em Revista*, 6(1), 39-46.
- Carreteiro, T. C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, 14(3), 57-72.
- Chauí, M. (1995). *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. São Paulo: Moderna.
- Costa, L. F. & Brandão, S. N. (2005). Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 33-41.
- Espinosa, B. (2010). *Ética. Edição Bilíngue Latim-Português* (T. Tadeu, Trad., 3^a ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Original publicado em 1677)

- Groff, A., Maheirie, K., & Prim, L. (2009). A experiência de coletivização em um assentamento de reforma agrária do MST. *Psicologia Política*, 9(17), 113-128.
- Hinkel, J. & Maheirie, K. (2007). RAP – Rimas afetivas da periferia: reflexões na perspectiva sócio-histórica. *Psicologia & Sociedade*, 19(n. spe. 2), 90-99.
- Júnior, G. P. S. & Fávero, E. T. (2010). Sentimentos, sofrimentos e realidades de adolescentes com base na relação Escola, Conselho Tutelar e Saúde Mental. *SER Social*, 12(27), 189-213.
- La Boétie, E. (1982). *A servidão voluntária* (2ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. & Sawaia, B. B. (Orgs.). (1994). *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense/Educ.
- Maheirie, K., Boeing, K. P., & Pinto, G. C. (2005). Pesquisa e intervenção por meio da imagem: o recurso fotográfico no cotidiano de varredores de rua. *Revista Psico*, 36(2), 213-219.
- Marx, K. (1981). *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Espanha: Alianza Editorial. (Original publicado em 1844)
- Mattos, R. M. & Ferreira, R. F. (2004). Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 47-58.
- Molon, S. I. (2002, maio/agosto). Entrelaçando a Psicologia e a Educação: uma reflexão sobre a formação continuada de educadores à luz da psicologia sócio-histórica. *Contrapontos*, ano 2, 5, 237-250.
- Molon, S. I. (2004). Algumas questões epistemológicas e éticas da psicologia: a avaliação em discussão. *Psicologia & Sociedade*, 16(n. spe.), 108-123.
- Oliveira, R. P. & Iriart, J. A. B. (2008). Representações do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil. *Psicologia em Estudo*, 13(3), 437-445.
- Pereira, M. H. G. G. & Costa, F. (2006). O autocuidado em mulheres portadoras de HIV/AIDS. *Psicologia - Saúde & Doenças*, 7(2), 255-269.
- Pinho, E. B. M. (2006). No amor e na batalha – memórias afetivas de mulheres prostitutas. *OPSIS - Revista do NIESC*, 6, 108-119.
- Ramos, F. P. & Novo, H. A. (2003). Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 491-497.
- Rocha, E. F. (2007). A Terapia Ocupacional e as ações na educação. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 18(3), 122-127.
- Rocha, E. F. & Castiglioni, M. C. (2005). Reflexões sobre recursos tecnológicos: ajudas técnicas, tecnologia assistiva, tecnologia de assistência e tecnologia de apoio. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 16(3), 97-104.
- Rocha, E. F., Luiz, A., & Zulian, M. A. R. (2003, maio/agosto). Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 14(2), 72-78.
- Sá, M. C., Carreteiro, T. C., & Fernandes, M. I. A. (2008). Limites do cuidado: representações e processos inconscientes sobre a população na porta de entrada de um hospital de emergência. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(6), 1334-1343.
- Santos, G. O. & Silva, L. F. F. (2009). Há dignidade no trabalho com o lixo? Considerações sobre o olhar do trabalhador. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 9(2), 689-716.
- Santos, V. A., Costa, L. F., & Silva, A. X. (2011). As medidas protetivas na perspectiva de famílias em situação de violência sexual. *Revista Psico*, 42(1), 77-86.
- Sartre, J. P. (1965). *Esboço de uma teoria das emoções*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sawaia, B. B. (1987). A consciência em construção no trabalho de construção da existência. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Sawaia, B. B. (Org.). (1999). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. B. (2006). Espinosa: o precursor da ética e da educação ambiental com base nas paixões humanas. In I. C. M. Carvalho, M. Grün, & R. Trajber (Orgs.), *Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental* (pp. 76-89). Coleção Educação para Todos. Brasília: Edições MEC/UNESCO.
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Sawaia, B. B. (2011). Da consciência à potência de ação: um movimento possível do sujeito revolucionário na psicologia social laneana. In W. Galindo & B. Medrado (Orgs.), *Psicologia Social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO* (pp. 35-51). Recife: Editora Universitária UFPE.
- Seligman, M. E. P. (1977). *Desamparo - sobre depressão, desenvolvimento e morte*. São Paulo: Hucitec.
- Sousa, L. M. & Sousa, S. M. G. (2009). Significados e sentidos das casas estudantis e a dialética inclusão-exclusão. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(1), 4-17.
- Tavares, G. M. & Menandro, R. M. (2004). Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro. *Psicologia Ciência e Profissão*, 24(2), 86-99.
- Tavares, G. M., Oliveira, F. T., Bossatto, T., Deus, F. B., Coelho, D. C., & Vilas-Boas, M. N. S. (2011). A produção de meninos de projeto e acontecimentos no percurso. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 94-102.
- Ximenes, V. M., De Paula, L. R. C., & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de Assistência Social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(4), 686-699.

Agradecimento

À agência de fomento, CNPq - Processo 142858/2011-0.

Submissão em: 17/08/2012

Revisão em: 03/03/2014

Aceite em: 06/04/2014

Fátima Maria Araújo Bertini é doutora em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC/SP. Foi bolsista do CNPq. Mestre em Psicologia na área da Psicologia Social no Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Membro/discente pesquisadora do NEXIN (Núcleo de Estudos em Exclusão/Inclusão Social da PUC/SP) e do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Endereço: Rua Dr. Augusto de Miranda, 443. Bairro: Vila Pompéia. São Paulo. CEP: 05026-000
E-mail: fatisbertini@gmail.com